Fernando Molica

Com decisão, STM autoriza o assassinato de civis

No momento em que a Justiça civil prende colegas de farda da maioria de integrantes do Superior Tribunal Militar, a corte dá um recado para a sociedade: militares podem fazer o quem bem entendem, inclusive matar paisanos — como eles nos chamam.

O STM reduziu de maneira radical as penas dos oito militares do Exército que, em 2019, mataram o músico Evaldo Rosa e o catador de latas Luciano Macedo — os dois eram negros.

Não é à toa que investigados pela tentativa golpista tentam tirar seus casos do Supremo Tribunal Federal e levá-los para o tribunal militar. Neste, dos 15 ministros, dez são oficiais-generais das Forças Armadas.

O assassinato de Evaldo e de Luciano é um dos daqueles fatos que, de tão escandalosos e evidentes, dispensariam análises e comentários. Mas a impunidade consagrada pelo STM exige que o tema seja ressaltado.

A descrição é clara: os oito Exército disparam 257 tiros na direção do carro, que circulava por uma via pública, no bairro carioca de Guadalupe, onde estava o músico. Ele e o catador de latas, que passava por lá, foram mortos. Os militares disseram que confundiram o carro — atingido por 62 tiros — com o de bandidos.

Num primeiro julgamento, em 2021, o tenente Ítalo da Silva Nunes, que comandava o grupo, foi condenado a 31 anos e seis meses de prisão; os demais, a 28 anos. A 1ª Circunscrição Judiciária Militar os considerou culpados por homicídio doloso: quando há intenção de matar ou quando os acusados cometem atos em que assumem o risco de cometer crime, o que caracteriza dolo eventual.

O STM, mesmo diante do fato de que os militares disparam 257 tiros sem que houvesse qualquer tipo de reação das vítimas, reclassificou o crime para homicídio culposo, não intencional. As penas foram reduzidas para três anos e três anos e seis meses de detenção. São tão baixas que ninguém vai ser preso.

Oito, dos 14 ministros que votaram, concordaram com a tese do relator, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira. Segundo o oficial, os tiros que mataram as vítimas teriam ocorrido durante confronto com bandidos que realizavam um assalto.

Para ele e outros sete colegas, pessoas que disparam tantos tiros em inocentes que passam por uma rua não podem sequer ser condenados por dolo eventual. Esses oito integrantes do STM também consideram razoável a quantidade de munição gasta para combater um suposto assalto ou prender um eventual bandido.

O temporal de balas reforça o despreparo das nossas FFAA. O uso, de maneira imprudente, amadora e irresponsável de tamanha quantidade de balas permite imaginar o gasto que o país teria com a compra de cartuchos caso estivéssemos numa guerra.

O Ministério Público Militar tem a obrigação de recorrer da sentença do STM, mas o caso, revelador do corporativismo dos fardados, não pode se esgotar no processo. É preciso mudar as atribuições da Justiça Militar. Os condenados mataram civis que circulavam por uma rua, eles não estavam num quartel.

O Exército alega que, pela próximidade de algumas de suas instalações, a região é considerada área militar. Que seja, mas não se trata de local fechado, de acesso restrito e controlado. Civis foram fuzilados quando exerciam seu direito cidadão de ir e vir, não importa que tenham sido mortos por militares.

A conciliação ocorrida no processo de redemocratização viabilizou a permanência de heranças malditas da ditadura, entre elas, a possibilidade de militares julgarem casos que envolvam civis e que não tenham qualquer ligação com questões da caserna.

Reduzir as funções do STM, que tanto chancelou crimes cometidos pelos governos militares, é uma das tarefas necessárias para civilizar o país.

Josier Vilar*

O amanhã é hoje

A recente decisão do Copom, que elevou a taxa dos juros para 12.5%, levando o Brasil a 2ª maior taxa de juros do mundo, aliada à desvalorização do Real em relação ao dólar, traz imensos prejuízos para o ecossistema empresarial brasileiro. E impacta, especialmente, o custo de vida de todos os cidadãos, uma vez que os juros bancários aumentam e o preço dolarizado de todos os insumos e produtos importados encarecem.

Do pãozinho nosso de cada dia à passagem de avião, tudo tem seus preços aumentados em função desse quadro. O trigo e o querosene são dolarizados, assim como a imensa maioria dos produtos e serviços que consumimos.

Com exceção dos rentistas, nenhum setor da economia fica imune ao aumento dos juros ou à desvalorização do Real, ocasionados por uma pressão inflacionária decorrente, principalmente, da dívida pública e dos gastos crescentes com uma ineficiente e cara máquina governamental.

Não existe alternativa para o enfrentamento desse dilema em que nos encontramos que não seja através do aumento das receitas e/ou da redução das despesas com o custeio da máquina pública em seus três níveis: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Como não há espaço para aumento de impostos que possam incrementar receitas, a alternativa de curto prazo seria reduzir as despesas públicas, o que passa, necessariamente, por um choque de gestão para melhorar e automatizar processos operacionais, gerando eficiência e redução do desperdício, e limitar os altos valores salariais de parte do funcionalismo.

Para agravar o problema, estamos diante de um imenso desafio geracional. Estima-se que até 2040 o Brasil terá perdido o bônus demográfico e estabilizado sua população com tendência à redução. Seremos um país envelhecido e menor em termos populacionais.

Ou iniciamos agora uma reforma administrativa, que gere mais eficiência de gestão, e uma revolução educacional para o novo mundo da inteligência artificial, incluindo jovens em novo modelo pedagógico e idosos num modelo andragrógico de aprendizado para que todos possam responder aos desafios que vem pela frente, ou o Brasil caminhará, inexoravelmente, para o andar de baixo do processo civilizatório.

Se queremos alcançar o desenvolvimento nacional, não poderemos abrir mão de jovens e idosos na construção de um novo país. A perda do bônus demográfico atesta isso.

Sem uma imediata reforma administrativa, que reduza os custos da cara e ineficiente máquina, desperdícios e suspensão de benefícios salariais exorbitantes, além de renúncias fiscais inaceitáveis, não teremos saída.

Apesar de estarmos vivendo uma queda histórica na taxa de desemprego, de o PIB estar crescendo, da miséria e fome estarem reduzindo e do projeto "pé de meia" ser um sucesso na retenção escolar, o desafio é como manter esse quadro positivo somente pelo financiamento através do agronegócio, petróleo, soja e ferro.

Precisamos crescer em serviços e deixar de ser dependentes de inovações produzidas no exterior pagando royalties que nos endividam cada dia mais.

Para crescermos em serviços, principal vetor de expansão das economias modernas do mundo, temos de investir na inovação como fez a China.

O Brasil precisa criar as bases para o desenvolvimento nacional sustentável através da promoção de serviços inovadores baseados no modelo de economia colaborativa e criativa com parcerias entre governo, empresários e universidades com pensamento e práticas inovadoras e digitais.

Somente com esse tripé - governo eficiente, empresas arrojadas, universidades inovadoras - conseguiremos crescer, reduzir juros e valorizar o Real, gerando empregos de qualidade, renda, prosperidade, lucro e bem-estar social. A hora é agora.

***Médico e presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ**

Guilherme Montanaro Lombardi*

A intersecção entre saúde e engenharia: para onde vai o mercado?

É fato que o mercado de saúde em Brasília vive um momento de expansão que reflete tendências nacionais e globais. Para se ter uma ideia, a expectativa de vida da população brasileira está aumentando, acompanhando as projeções internacionais. Segundo a ONU, o número de pessoas com mais de 60 anos deve dobrar até 2050. Isso não é só um dado demográfico, mas um alerta para o setor: estamos diante de uma demanda crescente por serviços especializados, algo que já pressiona a infraestrutura atual.

Hoje, o Brasil investe cerca de 9% do seu PIB em saúde. Para colocar isso em perspectiva, o montante gira em torno de R$ 850 bilhões ao ano, segundo o Ministério da Saúde. Embora o valor seja expressivo, ele ainda fica abaixo da média de países desenvolvidos, que destinam mais de 12% do PIB ao setor. No entanto, essa cifra vem crescendo, impulsionada por investimentos públicos e privados. Em Brasília, com sua posição estratégica e um perfil populacional diversificado, o potencial é ainda mais evidente. A cidade combina a necessidade de modernização com uma demanda natural de um público que busca qualidade de vida e bem-estar.

Mas investir em saúde vai muito além de erguer prédios. Trata-se de um processo meticuloso que começa no papel, com estudos de viabilidade e planejamento financeiro, e termina com a abertura de empreendimentos que precisam operar com excelência.

A complexidade desse mercado não deve ser subestimada. Construir um hospital ou uma clínica exige atenção a detalhes que poucos outros setores demandam. São normas específicas, licenças da vigilância sanitária e o desafio de instalar sistemas como climatização hospitalar e circuitos elétricos especializados. Cada etapa precisa ser executada com precisão. Não basta apenas construir; é preciso garantir que a estrutura esteja preparada para operar com excelência. Isso inclui, ao final da obra, testes rigorosos de segurança e treinamento para todas as equipes que farão parte da operação.

Ainda assim, os desafios são proporcionais às oportunidades. O envelhecimento da população é um motor inevitável para o crescimento do setor, mas também uma oportunidade para pensar em inovação. Brasília, com seu alto poder aquisitivo médio e seu perfil cosmopolita, posiciona-se como um dos mercados mais promissores para quem quer aliar saúde e tecnologia. Aqui, mais do que em outros lugares, o público está disposto a pagar por serviços de alta qualidade que ofereçam bem-estar e conveniência.

A saúde é uma prioridade em Brasília, e o mercado está em um ponto de inflexão. Investidores atentos sabem que, com planejamento adequado, é possível transformar essa crescente demanda em empreendimentos sólidos e rentáveis. Não é só uma questão de atender ao que é esperado hoje, mas de se preparar para o que será indispensável amanhã.

***Sócio da Controller. Empresa de construções em Brasília.**

EDITORIAL

Representação precisa ser qualificada

O que mais temos no Brasil são legisladores, em todas as instâncias (municipal, estadual e federal). Câmaras municipais, assembleias legislativas e o Congresso Nacional (Câmara e Senado) representam o poder político da federação, seguindo a premissa de que a representação dos atores políticos significa assegurar os direitos da população, e sobretudo, representá-la no parlamento.

Mas e quando parlamentares, no alto de sua arrogância se acham "semideuses" e seres celestiais, dotados de talentos imaginários no suprassumo da prepotência? Se esquecem de que só ocupam a cadeira de legislador, graças ao voto direto das camadas populares.

Se olharmos detidamente para diversas câmaras de vereadores, por exemplo, veremos figuras de toda sorte. E alguns casos, de todo azar!

O Correio da Manhã, em sua edição nacional desta última quinta-feira (19), publicou na página 14 (Sudeste) uma fala grotesca e infeliz de um vereador do município de São Roque, no interior do estado de São Paulo. O parlamentar, conhecido popularmente como Cabo Jean, do PL, em uma discussão com outro vereador, soltou a seguinte frase: "você manda talvez na sua casa, com as suas negas"... Sim! É inacreditável que um legislador profira uma declaração como essa. Uma expressão que representa uma mentalidade escravocrata e absolutamente arcaica. Um comportamento ainda enraizado por conta do racismo estrutural que, embora muitos possam negar, efetivamente existe. Uns negam por um profundo desconhecimento da nossa história. Outros, simplesmente por mau-caratismo, exemplificando muito bem a essência racista impregnada na sociedade.

A população brasileira, que até pouco tempo se dirigiu às urnas para que pudessem definir o destino de suas cidades, elegendo vereadores, prefeitos e vice-prefeitos pelo país, precisam se atentar quanto ao posicionamento dos que foram eleitos. E, mais ainda, anotar no "caderninho" o nome de quem fala ou comete atrocidades que ferem de morte princípios e garantias fundamentais. Afinal, a qualidade de nossa representação política sempre estará em jogo, ainda mais no Poder Legislativo, seja em qual instância for.

'Mufasa' quer salvar os leões na África

O filme 'Mufasa: O Rei Leão' chegou ao cinemas nesta quinta-feira (19) para contar a história inédita do pai de Simba, que estrelou o sucesso de 2019. Porém, os leitores sabem que a gente gosta de filmes que se promovam além das telonas, e a Disney preparou uma ação sensacional, misturando o cinema com a conscientização ambiental e o ativismo ecológico.

A Disney lançou a campanha global de conservação "Proteja a Alcateia" para apoiar a Lion Recovery Fund (LRF) da Wildlife Conservation Network (WCN) e seus parceiros que trabalham na África com o objetivo de dobrar o número de leões selvagens até 2050.

Atualmente, pelo menos 50% dos locais onde a LRF está investindo já começaram a detectar estabilidade das populações de leões e até mesmo crescimento. O apoio da LRF ajudou a financiar fluxos de renda e empregar milhares de pessoas em toda a África a fim de trabalharem para remover 83.000 armadilhas que poderiam prejudicar a vida selvagem.

A ação continua os trabalhos iniciados em 2019, quando o lançamento da versão realista de 'O Rei Leão' chamou a atenção da comunidade internacional para o rei das selvas africanas, e vai de encontro com o compromisso da empresa, que, desde 1995, por meio do Disney Conservation Fund, forneceu US$ 125 milhões, incluindo US$ 25 milhões para projetos em toda a África, para apoiar projetos comunitários que ajudaram a proteger mais de 1.000 espécies de vida selvagem em metade dos países do mundo e nos cinco oceanos.

É bacana ver grandes produções assumindo essas pautas ecológicas, não se limitando ao 'conservacionismo de fachada'.

Opinião do leitor

Recesso parlamentar

Os nossos "nobres parlamentares" vão entrar em recesso. Mas eles mal trabalham diariamente. Não seria só uma continuidade do ato de não fazer nada? Enquanto sustentarmos as mordomias dessa gente, nunca avançaremos.

Luiz Ubirajara
São Paulo - São Paulo

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

Correio da Manhã

HÁ 95 ANOS: AVIADORES BUSCAM BATER RECORDES MUNDIAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 20 de dezembro de 1929 foram: Aviadores Borges e Challes realizam a travessia do Atlântico em 48 horas initerruptas, saindo de Sevilha, na Espanha, e pousando em Maracajú, no Brasil. Já os aviadores Barberan e Hayaz vão fazer a travessia Sevilha- Havana, para bater o recorde mundial de travessia em linha reta. Automóvel Clube faz evento para Julio Prestes.

HÁ 75 ANOS: ALEMANHA OCIDENTAL INTEGRARÁ O PLANO MARSHALL

As principais notícias do Correio da Manhã em 20 de dezembro de 1949 foram: Alemanha Ocidental é integrada ao Plano Marshall. Países árabes entram com protesto na ONU pela anexação de Jerusalém a Israel. Senado encerra os trabalhos com a aprovação do projeto do abono natalino a servidores. Câmara encerra trabalhos votando o projeto sobre a participação dos empregados no lucro das empresas.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes - Brasília - DF - CEP: 71.736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.